

► CAXAMBU

Comissão de moradores tenta viabilizar ação no Ministério Público para que seja feita revisão; área era urbana e passou para rural

Donos de pequenos sítios se sentem 'amarrados' pelo Plano Diretor

LUCIANA MÜLLER
lmuller@ej.com.br

não poderá ser dividido entre meus dois filhos (herdeiros). Não terão uma escritura cada um", lamenta o produtor rural Evandro Marquesin, 40 anos.

A região, que é de origem rural, e, portanto, terrenos familiares passados - e divididos - de geração em geração, conta com inúmeros casos na mesma situação. Ele afirma que a família não tem intenção de vender o sítio, mas, para sustentar os integrantes, seria necessário comercializar parte da terra. "A agricultura não dá conta de sustentar a família. Não tenho a intenção de que meus filhos fiquem na agricultura como eu. Não tenho profissão. A administração municipal não pode interferir e bloquear as pessoas para que elas sejam obrigadas a ficar na terra, mesmo sem querer", critica.

Marquesin afirma entender a importância e a preocupação de se preservar a bacia do rio Jundiá-Mirim, que fornece água para a cidade, porém, o custo ao sítio está caro demais. "A gente é obrigado a ficar na terra, não construir, proteger e nem usar a água podemos porque é necessário ter outorga. Agora, essa água abastece a cidade. Os produtores precisam ter uma contrapar-



ALTERAÇÃO PREJUDICIAL Evandro Marquesin, proprietário de 20 mil m², pede nova mudança na legislação municipal

tida para que consigam se manter, que banque o custo dessa proteção", aponta.

O presidente da Associação dos Moradores do Bairro Caxambu e Região, Rafael Maso, explica que os moradores estão mobilizados para juntar material e apresentar ao Ministério Público (MP). "Existe um laudo pericial que aponta várias irregularidades na lei. Não existe previsão na legislação federal de transformar área

urbana em rural. O contrário é cabível", salienta.

Maso afirma que há outros agravantes da modificação na classificação da área. Segundo ele, no ano passado, quando realizada audiência no bairro, não houve aviso para os moradores. Nem mesmo quem teve conhecimento e participou do encontro conseguiu expor os pontos contrários. "A administração mudou e já tivemos uma reunião com o ges-

tor de Planejamento Urbano e Meio Ambiente, Sinésio Scarabello Filho. Ele está tomando pé da situação. Ainda não deu posicionamento sobre a situação", conta. A associação está levantando dados sobre quantos proprietários foram afetados pela medida. A expectativa é de que, em 40 dias todas as informações tenham sido compiladas para nova reunião da associação, que dará andamento ao pedido junto ao MP.

Revisão

Segundo nota encaminhada pela assessoria de imprensa da Prefeitura de Jundiá, após receber as reivindicações de moradores do bairro, a Unidade de Gestão de Planejamento Urbano e Meio Ambiente informou que está em andamento um estudo detalhado da região, inclusive levantamento detalhado do uso do solo. No que diz respeito à revisão do Plano Diretor em outras áreas, existem demandas que estão sendo organizadas e analisadas pelos técnicos da Prefeitura de Jundiá. Em relação à mudança de legislação de uso do solo, quase todos os imóveis da cidade são atingidos pelas modificações nas áreas permitidas e índices de utilização do terreno. Segundo o ecologista Flávio Gramolelli, independente de legislação municipal, a região do Caxambu é submetida a uma lei estadual, que a denomina de Área de Proteção Jundiá (APA Jundiá). "Qualquer área da região do Caxambu precisa, necessariamente, preservar 50% do terreno permeável, para garantir a infiltração da água. Não adianta encher de casas se, com o tempo, não haverá água para atender essa população", aponta.

► SÉRGIO CABRAL

Liminar do STJ concede prisão domiciliar a Adriana Ancelmo

Uma liminar expedida na sexta (24) pelo STJ (Superior Tribunal de Justiça) autorizou a advogada Adriana Ancelmo, mulher do ex-governador Sérgio Cabral (PMDB-RJ), a cumprir prisão domiciliar. Ela deve deixar o Complexo de Bangu, onde está presa, na semana que vem.

A decisão da ministra Maria Thereza de Assis Moura é provisória e vale até que um pedido de habeas corpus pela defesa de Adriana seja julgado.

O juiz da 7ª Vara Federal do Rio, Marcelo Bretas, já havia decidido pela prisão domiciliar de

Adriana no último dia 17, mas o Ministério Público recorreu e a decisão foi cassada. Agora, o STJ restabelece a posição do magistrado, responsável pelo braço fluminense da Lava Jato.

A prisão preventiva de Adriana foi decretada em 6 de dezembro de 2016, no âmbito da Operação Calicute, um dos desdobramentos da Lava Jato no Rio. A força-tarefa também levou à cadeia o ex-governador.

Cabral é investigado por supostamente liderar um esquema de desvios de dinheiro e propina em seu governo, de

2007 a 2014.

O ex-governador também é acusado de lavar dinheiro ilegal e de ocultar recursos no exterior. Segundo o MPF (Ministério Público Federal), a propina que recebeu circulou por seis países. Um dos métodos do peemedebista para lavar dinheiro era a compra de joias e pedras preciosas.

Segundo as investigações, Adriana também teria lavado dinheiro por meio da compra de R\$ 6,5 milhões em joias entre 2007 e 2016.

A advogada é acusada, ain-

da, de utilizar seu escritório para dar ares de legalidade ao pagamento de propinas. Segundo as investigações, a empresa firmava contratos de serviços que nunca foram prestados.

Embora sejam réus, nem Cabral nem Adriana ainda foram condenados aos crimes que lhes são atribuídos. Justificativa da defesa para tentar converter a prisão preventiva da advogada em domiciliar é que os filhos pequenos do casal, de 10 e 14 anos, seriam privados do convívio e da criação da mãe. (FP)

► CRISE

Três países retiram veto total à carne

Ao menos três países retiraram o veto total à importação da carne brasileira até este sábado (25). China, Chile e Egito disseram que vão reabrir os mercados para as carnes do Brasil, exceto para os 21 frigoríficos investigados pela Operação Carne Fraca. Anteriormente, os países tinham anunciado a suspensão para todas as empresas brasileiras.

A União Europeia manteve a restrição para a carne brasileira dos estabelecimentos citados na Operação Carne Fraca. A União Europeia tem um peso importante nas exportações de carnes do Brasil. O valor importado pelo bloco em 2016 foi de US\$ 1,75 bilhão.

Ontem, o Ministério da Agricultura do Brasil confirmou a decisão da China para abrir o mercado para a carne exportada pelo Brasil (com exceção dos 21 frigoríficos investigados). Na nota, assinada pelo ministro Blairo Maggi, o governo brasileiro agradece o "gesto de confiança" dos chineses. A China é um dos principais importadores de carnes do Brasil. Em 2016, o Brasil comprou US\$ 1,75 bilhão em carnes brasileiras.

O presidente Michel Temer também agradeceu ao governo chinês em nota divulgada neste sábado (25), e afirmou estar confiante de que outros países seguirão o exemplo e voltarão a importar a carne brasileira. O texto diz que a decisão de reabrir o mercado ao Brasil reconhece

a "confiabilidade de nosso sistema de defesa agropecuária". "O posicionamento chinês é a confirmação de todo trabalho de esclarecimento levado a termo pelo governo brasileiro nestes últimos dias em todos os continentes", afirma a nota de Temer. "Agradecemos o gesto do governo do presidente Xi Jinping. Temos uma parceria que gerou muitos frutos e, com certeza, muitos ganhos ainda teremos com a sólida relação bilateral entre nossas nações." Chile também retirou o veto para importações de carnes brasileiras, mas manteve a suspensão para frigoríficos investigados pela Operação Carne Fraca. A medida foi adotada após a viagem ao Brasil de inspetores do serviço agrícola de pecuária chileno para verificar a condição sanitária dos principais frigoríficos que exportam carnes para o Chile.

Segundo informou o presidente da Associação Brasileira de Proteína Animal (ABPA), Francisco Turra, o país já havia informado a embaixada na sexta-feira. Em 2016, o Chile importou US\$ 441 milhões em carnes do Brasil.

O Egito também afirmou que vai retomar as importações de carnes brasileiras de estabelecimentos autorizados. As remessas estarão sujeitas a checkagens no país de origem e também na chegada ao Egito. O país importou, em 2016, US\$ 683 milhões em carnes do Brasil. (Das agências)

► SP

Doria promete privatizar 107 parques

O prefeito João Doria (PSDB) disse neste sábado (25) que vai entregar os 107 parques da cidade de São Paulo para a administração da iniciativa privada ainda em 2017. O processo licitatório está agendado para abril e a concessão será realizada em pacotes.

O anúncio foi feito durante a inauguração de oito dos dezesseis banheiros do Parque Ibirapuera, na Zona Sul de São Paulo, que foram reformados pela construtora Cyrela com o apoio da Unilever, Deca e Sherwin Williams.

O tucano disse que o Ibirapuera os outros 106 parques da capital paulista serão concessionados. "A concessão dos

107 parques será feita para empresas, associações, instituições e ONGs, que vão administrar os parques a fim de que todos eles tenham condições adequadas de atender a nossa população", disse.

Sobre o modelo de concessão das áreas verdes, Doria explicou que será realizada em pacotes. "Não posso dar a oportunidade para que as empresas escolham um único parque, senão só teria solicitação para o Ibirapuera. Vamos ter ações combinadas - um parque em área mais nobre com quatro parques mais afastados. Mais ou menos nessa proporção", explicou.

O prefeito estima que o processo de licitação comece

em abril. "O processo licitatório vai ser levado à Câmara agora, no mês de abril, e provavelmente em junho será colocado em prática para que os parques possam ser adotados. Não queremos nenhum centavo, mas sim, a economia. Os parques custam R\$ 100 milhões por ano, R\$ 400 milhões em uma gestão, valor que daria para a construção de dois hospitais. Isso [concessão de parques] já acontece no Canadá, nos EUA, e em algumas cidades da Europa e da Ásia", argumentou.

Indagado se há mais espaço para parcerias com a iniciativa privada, o prefeito elogiou a pergunta e confirmou.

"Alcançamos nesta semana cerca de R\$ 240 milhões em doações de diferentes produtos e serviços para a cidade. É o projeto "Empresa Cidadã", voltado para empresas que querem ajudar sem interesse, sem contrapartida. Não tem toma lá, dá cá", garantiu.

Questionado se a cidade está à venda, o prefeito negou e disse que se trata de economia e maior eficiência na gestão dos espaços públicos. "Não é venda. É uma cidade bem administrada, é diferente. As pessoas nunca viram uma administração semelhante ao que estamos fazendo, com gente capaz. Não é vendida, é melhorada", rebateu. (FP)